

A TERCEIRIZAÇÃO DA COLETA DO LIXO URBANO: O CASO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR

Fernanda Felisaki¹
Jaime Antonio Stoffel²

Área de conhecimento: Ciências Econômicas.
Eixo Temático: Outros temas em Ciências Econômicas

RESUMO

Este trabalho analisa os dispêndios realizados pela prefeitura municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR com a coleta de lixo urbano, comparando os valores repassados para a empresa terceirizada entre 2006 e 2012 e os gastos que a prefeitura incorreria caso viesse a executar o serviço diretamente, partindo de um estudo de caso com informações colhidas junto a prefeitura municipal e a empresa terceirizada, apresentando resultados vantajosos para a administração pública quando opta pela terceirização da coleta do lixo urbano. Foram ainda alavancadas vantagens e desvantagens com a localização da empresa terceirizada no município. Conclui-se que há vantagem econômica na terceirização da coleta de lixo urbano. Todavia, ambientalmente ocorrem externalidades negativas com a terceirização.

Palavras - chave: Administração Pública; Terceirização; Coleta de Lixo.

1 INTRODUÇÃO

O mundo, economicamente globalizado, está vivendo um momento de mudanças. As tecnologias estão sendo adaptadas constantemente e os diversos setores da economia flexibilizam seus modos de produção. Dessa forma, é importante que a administração pública se ajuste às novas formas de execução de suas atividades para atender de forma adequada a sociedade que representa. Esse novo posicionamento da administração pública aperfeiçoa a prestação dos serviços públicos transferindo a terceiros a realização de determinados serviços, cuja interrupção poderia comprometer o andamento da máquina administrativa. (MACHADO, 2008)

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, na tentativa de superar a crise deficitária da década de 1980, o Estado adotou um gerenciamento da

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOES/Campus de Francisco Beltrão. Pós-graduanda em Controladoria e Finanças pela Universidade Paranaense – UNIPAR/Campus de Francisco Beltrão. E-mail: ffelisakii@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo. Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas, Campus de Francisco Beltrão – Pr. E-mail: jaimestoffel@hotmail.com



administração pública, implementando mecanismos de mercado na gestão pública a fim de buscar a eficácia no setor, e assim, limitando seu papel na economia mediante a transferência de algumas atividades para a iniciativa privada, delegando algumas de suas atividades a terceiros ou a parceiros, como uma forma de conter o crescimento do déficit público (DIEESE, 2003).

O reflexo dos processos de desestatização dos últimos anos apresenta cada vez mais o repasse das prestações dos serviços públicos para a iniciativa privada, através da descentralização dos serviços por meio da concessão e da permissão, além da dinamização das atividades executadas pela administração por meio da contratação de terceiros, ou seja, da terceirização. (SILVA, 2011)

Segundo Sekido (2010, p. 08) “a terceirização (...) começou na iniciativa privada e passou também a ser utilizada largamente pela Administração Pública”. Na iniciativa privada viabiliza a redução dos custos, permitindo que o contratante se especialize em suas atividades principais, tornando-as mais competitivas. Já na administração pública, “a terceirização (...) constitui-se numa (...) parceria com o setor privado para a realização de suas atividades” com o objetivo de melhorar o desempenho de suas competências institucionais. (SILVA, 2011, p. 99)

E neste espaço econômico de mudanças globalizadas, um grande problema que preocupa a sociedade é o lixo, e o seu acúmulo no meio ambiente, causado pelo crescimento e modo de vida da população, que produz uma diversidade cada vez maior de produtos e resíduos que exigem sistemas e formas de coleta, tratamento e destinação diferenciados.

O município de Nova Esperança do Sudoeste – PR terceiriza o serviço de coleta de lixo urbano. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo analisar as vantagens e desvantagens para o município com a terceirização da coleta do lixo urbano pela empresa contratada, analisando os gastos com a coleta de lixo urbano no município caso a prefeitura viesse a executar diretamente o serviço, desenvolvendo assim, uma relação entre o serviço público e a iniciativa privada, por meio da terceirização, observando os gastos, as vantagens e as desvantagens desta parceria para o município.



2 SERVIÇOS PÚBLICOS

Toda atividade administrativa que o Estado desempenha e oferece de forma útil para a satisfação da sociedade em geral, em favor dos interesses comuns, é chamada de serviço público (MELLO, 2010). Meirelles (2009, p. 332) descreve serviço público sendo “todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados (...) para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado”. O Poder Público tem o dever de prestar serviços públicos, conforme ressalva a Constituição Federal.

Quanto às atividades desenvolvidas por meio dos serviços públicos, há a distinção entre a atividade - meio e a atividade - fim, sendo que ambas são discutidas e relacionadas dentro das possibilidades de desenvolvimento destas atividades, pela Administração pública, ou quando delegados ao setor privado.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos define a atividade-fim sendo “aquela que faz parte do processo específico de produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa. (...). As atividades-fim podem ser executadas pela própria empresa ou podem ser terceirizadas,” já a atividade-meio “faz parte do processo de apoio à produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa. (...). As atividades - meio podem ser executadas pela própria empresa ou podem estar terceirizadas.” (DIEESE, 2003, p. 6-7).

Quanto à regulamentação dos serviços públicos, Meirelles (2009) argumenta que a regulamentação e o controle de tais serviços, sempre serão incumbidos ao Poder Público, e que, quando delegados á terceiros, o Estado não está desprendido da obrigação de regulamentar e controlar a eficácia e seu cumprimento perante aos usuários. Dentre as formas de prestação de serviços públicos, estes podem ser centralizados (prestado pelo próprio Poder Público), descentralizado (serviço transferido pelo Poder Público, por meio de outorga ou delegação) e desconcentrado (executado pela própria Administração, porém, distribuídos pelos órgãos da mesma entidade).



2.1 DESESTATIZAÇÕES: AS FORMAS DE DESIGNAR TAREFAS AO SETOR PRIVADO

No Brasil, a desestatização foi uma forma de reduzir a intervenção da administração pública na atividade econômica. Esse processo decorreu no início da década de 1980 no governo de João Figueiredo e se espalhou no governo de José Sarney, em 1985. No Governo Collor muitas companhias foram privatizadas, dentre elas o setor de siderúrgica e petroquímica (BENJÓ, 1999). No Governo de Fernando Henrique Cardoso, as privatizações foram umas das peças fundamentais do PND³ para o sucesso do Plano Real, sendo privatizadas 18 (dezoito) empresas nos anos de 1994/95 nos setores de siderurgia, petroquímica e fertilizante⁴ (ALMEIDA, 2010).

Para Benjó (1999, p. 25) a “privatização é a forma fundamental de desestatização na economia” podendo ser integral ou parcial. O processo é integral quando há a transferência definitiva ou permanente dos serviços e bens públicos para o setor privado, e é parcial quando há contratos que envolvem a gestão privada, formando parceria com a gestão pública. Há também uma terceira forma de privatização, que ocorre quando o órgão público abre licitação por um período estipulado. Esta forma de privatização é denominada privatização integral com período determinado.

Para Mello (2005, p. 496 - 497), uma das leis vigentes na legislação básica é atualmente, a “Lei 8987 de 13/02/95, chamada Lei das Concessões, que estabelece normas para a participação privada nos projetos de infraestrutura e na prestação de serviços de utilidade pública;” e descreve ainda que, “Os melhores resultados para a privatização são obtidos quando há disputa efetiva pela concessão. Por isso, é desejável ter-se o maior número possível de candidatos habilitados a participar do leilão”.

No Brasil, as concessões de serviços públicos marcam o começo da política expansionista do governo. Essas concessões começaram em 1852 com a canalização do transporte de gás e em 1854 com a primeira ferrovia, ambas no Rio de Janeiro, e em 1874 ocorreu a ligação dos serviços de telecomunicações entre Brasil e Europa. (BENJÓ, 1999)

³ Sigla que representa Programa Nacional de Desestatização.

⁴ Para verificar todas as empresas privatizadas no período, ver ALMEIDA (2010).



Surge então, o Estado desempenhando um novo papel, deixando de ser o principal desenvolvedor econômico e social e passando a ser participante na prestação de serviços públicos associados ao setor privado. Tais práticas são conhecidas de forma geral como desestatização, que são as concessões, terceirizações e privatizações de serviços públicos (PEREIRA, 2006).

2.2 LIXO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRODUÇÃO

O aumento da população no século XX, e a migração para as cidades, foram fatores que contribuíram para aumento da demanda por serviços públicos, e assim, os hábitos e modos de vida do homem, agora urbano, fizeram com que os serviços públicos tornaram-se mais necessários. As novas tecnologias influenciaram o aumento do consumo por novos produtos com embalagens modernizadas, e a demanda por serviços públicos de limpeza foi maior do que o desenvolvimento do conhecimento sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos. Essa falta de conhecimento resultou em um grande acúmulo de materiais não reaproveitados. (LOPES, 2006)

A partir da década de 1980 ocorreu a mudança de foco do destino do lixo no Brasil, seu tratamento e reaproveitamento, uma vez que começou o transbordo dos lixões já existentes e a redução de espaço para a criação de novos lixões, sendo registrados neste período os primeiros programas de coleta seletiva de lixo. A preocupação ambiental também começa a aparecer a partir dos anos de 1980. A regulamentação sobre o tema aparece nos anos de 1990 com as primeiras propostas para a construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o aproveitamento das embalagens recicláveis. (LOPES, 2006)

Lixo é qualquer material ou objeto que não tenha mais utilidade, supérfluo e que não tenha valor, cujo proprietário deseja eliminar, que perde a utilidade e é descartado, e é classificado de acordo com o Brasil Escola (2013) como domiciliar, comercial, industrial, de serviços de saúde, lixo público, lixo especial, lixo radioativo e lixo espacial

De acordo com o Portal Brasil (2013), as novas responsabilidades definidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos deverão reduzir os gastos públicos municipais e ampliar a capacidade de investimentos das prefeituras em sistemas de



reaproveitamento de resíduos de forma consorciada, bem como, compartilhamento de aterros sanitários entre municípios de uma mesma região.

A Lei 6.938/81, Art. 2º, trata da Política Nacional do Meio Ambiente, que “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2013), “o licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente”. Os principais planos para a execução do licenciamento ambiental estão descritas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA⁵ nº 001/86 e nº 237/97, e ainda na recente Lei Complementar nº 140/2011, que direciona a competência estadual e federal para o licenciamento, fundamentada na localização do empreendimento.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é elaborar um estudo sobre as vantagens e desvantagens para o município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, localizado no Sudoeste do Estado do Paraná, com a terceirização da coleta de lixo urbano pela empresa contratada, nos anos de 2006 á 2012, fazendo um comparativo com os gastos que a própria gestão pública teria se executasse a coleta desses resíduos. Segundo dados do Censo de 2010, o município possui uma população de 5.098 habitantes, sendo 1.744 habitantes residentes na área urbana.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 155), a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”, e, portanto, é um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

No estudo, foram utilizados os tipos de pesquisa descritiva e explicativa, onde os dados foram levantados de forma documental, bibliográfico e com pesquisa de

⁵ Sigla que representa Conselho Nacional do Meio Ambiente.



campo. A coleta de dados primários e secundários também foi usada para objetivar o presente trabalho.

Na parte descritiva, foram definidos e caracterizados os conceitos de terceirização, privatização e concessão, bem como, os serviços públicos e as atividades ligadas com a relação do setor público com o setor privado, enquanto na explicativa, procurou-se expor o levantamento que foi feito para a construção de uma resposta sobre as vantagens e desvantagens da terceirização da coleta de lixo do município.

Já a utilização de dados primários, referem-se aos custos e investimentos com o serviço da coleta do lixo urbano buscados junto à empresa contrata, buscando o resultado próximo possível da realidade local e de dados secundários, levantados junto à prefeitura referentes aos repasses que o município faz, desde 2006 até 2012, para a empresa contratada realizar o serviço de coleta de lixo urbano.

O campo da pesquisa compôs de servidores da Administração Pública, funcionários da empresa terceirizada, bem como seus responsáveis e colaboradores envolvidos no processo, que se dispuseram a acompanhar os estudos. As informações foram buscadas junto à Secretaria do Meio Ambiente, o setor contábil da prefeitura do município, e com a empresa terceirizada que executa a coleta do lixo urbano no município.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo de caso realizado no município de Nova Esperança do Sudeste – PR, referente aos gastos pela prefeitura com a terceirização da coleta de lixo urbano, e dos resultados obtidos com a análise dos custos e investimentos que a Administração Pública faria caso executasse este serviço diretamente, demonstrou resultados significativos. Assim, passa-se a demonstrar esses resultados de forma mais detalhada, verificando as vantagens e desvantagens da contratação da empresa terceirizada, para a execução do serviço.



4.1 ANÁLISE DOS DADOS BUSCADOS JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL

A prefeitura do município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, desde 2006, passou para a empresa terceirizada efetuar o serviço da coleta de lixo urbano no município. Os valores a serem analisados correspondem ao período de 2006 á 2012 e aos repasses que a prefeitura fez para a empresa contratada no período. Esses valores podem ser verificados na Tabela a seguir.

Tabela 01 – Valores repassados mensalmente pela Prefeitura para a empresa terceirizada – período de 2006 á 2012*.

Mês/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Janeiro	R\$ 8.911,09	R\$ 10.507,87	R\$ 10.308,09	R\$ 13.943,98	R\$ 14.686,10	R\$ 19.557,45	R\$ 19.722,68
Fevereiro	R\$ 11.672,70	R\$ 10.483,49	R\$ 10.586,74	R\$ 13.961,49	R\$ 14.527,22	R\$ 19.372,15	R\$ 19.708,80
Março	R\$ 8.956,54	R\$ 10.605,92	R\$ 10.512,95	R\$ 14.079,50	R\$ 14.435,92	R\$ 19.254,68	R\$ 22.812,73
Abril	R\$ 8.954,48	R\$ 10.446,43	R\$ 10.396,94	R\$ 14.073,28	R\$ 14.332,92	R\$ 17.965,76	R\$ 19.402,59
Mai	R\$ 8.921,02	R\$ 10.430,11	R\$ 10.205,57	R\$ 14.048,65	R\$ 14.111,50	R\$ 19.158,42	R\$ 14.367,75
Junho	R\$ 8.862,02	R\$ 10.402,95	R\$ 10.016,11	R\$ 14.093,12	R\$ 14.063,48	R\$ 19.183,61	R\$ 21.078,34
Julho	R\$ 8.846,97	R\$ 10.364,27	R\$ 9.905,02	R\$ 14.184,37	R\$ 14.033,00	R\$ 19.193,36	R\$ 18.810,63
Agosto	R\$ 10.752,28	R\$ 11.215,77	R\$ 14.096,51	R\$ 14.171,35	R\$ 14.721,31	R\$ 19.076,42	R\$ 18.570,62
Setembro	R\$ 10.726,63	R\$ 11.086,36	R\$ 14.045,33	R\$ 14.136,52	R\$ 19.057,86	R\$ 21.110,27	R\$ 18.408,60
Outubro	R\$ 10.640,83	R\$ 11.004,28	R\$ 13.893,70	R\$ 14.827,96	R\$ 7.735,51	R\$ 21.026,62	R\$ 19.072,20
Novembro	R\$ 10.580,52	R\$ 10.889,99	R\$ 13.884,28	R\$ 14.817,47	R\$ 18.570,32	R\$ 20.937,25	R\$ 19.024,52
Dezembro	R\$ 10.552,73	R\$ 21.463,41	R\$ 13.946,01	R\$ 14.834,21	R\$ 18.500,26	R\$ 20.970,76	R\$ 18.900,00
Total	R\$ 118.377,79	R\$ 138.900,85	R\$ 141.797,25	R\$ 171.171,90	R\$ 178.775,41	R\$ 236.806,76	R\$ 229.879,44

Fonte: Pesquisa de campo

*Valores corrigidos pelo Índice IGP-DI (FGV) – Data base Dez./2012

É possível observar, conforme Tabela 01, que os valores pagos pela prefeitura para a empresa terceirizada representam um aumento de 94% no período de 2006 a 2012. No Gráfico 01 é possível observar a linha de tendência do aumento dos valores pagos pela prefeitura para a empresa terceirizada.



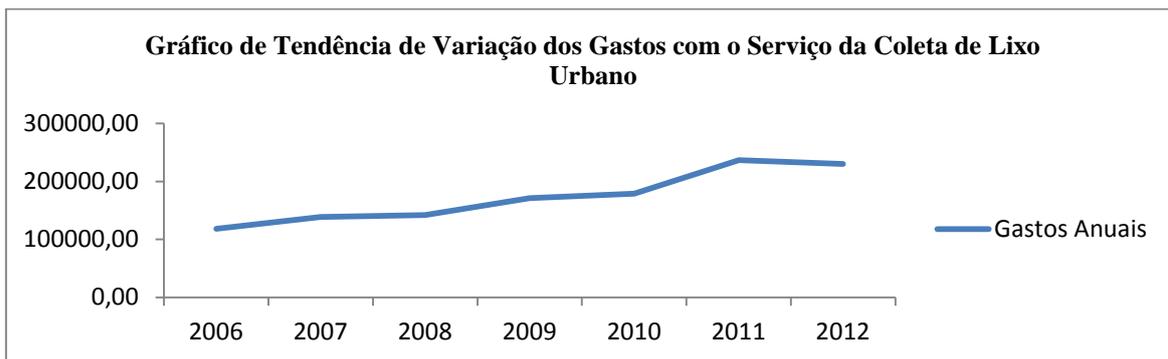


Gráfico 01 – Gastos da Administração Pública repassados para a empresa terceirizada – Período de 2006 á 2012

Fonte: Elaborado pelos autores

Os gastos repassados pela prefeitura para a empresa terceirizada do ano de 2012 representam aproximadamente 2% das despesas totais da Administração Pública, considerando todos os setores administrativos. Desta forma, os gastos com o serviço da coleta do lixo no município é relevante perante as despesas administrativas advindas da necessidade da população municipal.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS JUNTO A EMPRESA TERCEIRIZADA

Inicialmente, para uma análise mais criteriosa de quais os custos e investimentos que deveria ser feito pela prefeitura, para que pudesse executar o serviço da coleta do lixo urbano, Simões (2008) esclarece que, custos são dispêndios financeiros que uma organização tem de arcar com a finalidade de atingir um objetivo para obter bens ou serviços. Já investimentos, é empregar recursos objetivando um retorno futuro superior ao aplicado, compensando inclusive, a perda de uso desse recurso durante o período de aplicação.

Dito isso, os custos que a Administração Pública teria caso viesse a executar o serviço da coleta do lixo urbano, pode ser observada conforme os dados fornecidos pela empresa terceirizada. A Tabela 02, trás o custo anual, por item, para a execução do serviço da coleta do lixo urbano no município.



Tabela 02 – Custo anual por item de despesas.

Descrição	Valor
Custo Total Com Caminhão	R\$ 55.832,00
Custo Total Com Maquinário	R\$ 67.000,00
Custo Total Com Aterro Sanitário	R\$ 18.000,00
Custo Total Com Funcionário	R\$ 99.274,50
Custo Total Anual	R\$ 240.106,50

Fonte: Pesquisa de campo

A Tabela 03 apresenta de forma mais detalhada o custo total com o item Caminhão.

Tabela 03 - Descrição Do Custo Anual Com Caminhão.

Vida Útil (anos)	5
Preço	R\$ 160.000,00
Depreciação Anual (Linear)	R\$ 32.000,00
Gasto anual com Combustível	R\$ 5.832,00
Gasto anual com Manutenção	R\$ 18.000,00
Custo Total Com Caminhão	R\$ 55.832,00

Fonte: Pesquisa de campo

O custo com caminhão representa 23,25% do custo total, sendo este item o que tem menor representatividade dentre os custos com máquinas. Neste custo, é considerada a depreciação anual, os gastos com combustível, e os gastos com manutenção do caminhão. A depreciação do caminhão é o maior custo neste item.

A Tabela 04 demonstra os custos totais anuais respectivos a cada máquina, considerando de forma mais intensificada nestes custos a depreciação anual.



Tabela 04 - Descrição Do Custo Anual Com Maquinário.

<u>Escavadeira Hidráulica</u>	
Preço	R\$ 350.000,00
Vida Útil	10 anos
Depreciação Anual (Linear)	R\$ 35.000,00
Gasto Total	R\$ 35.000,00
<u>Trator de Esteira</u>	
Preço	R\$150.000,00
Vida Útil	10 anos
Depreciação Anual (Linear)	R\$ 15.000,00
Gasto Total	R\$ 15.000,00
<u>Caçamba</u>	
Preço	R\$ 50.000,00
Vida Útil	10 anos
Depreciação Anual (Linear)	R\$ 5.000,00
Gasto Total	R\$ 5.000,00
<u>Outros gastos com Maquinário</u>	R\$ 12.000,00
Custo Total Com Maquinário	R\$ 67.000,00

Fonte: Pesquisa de campo

O item maquinário, necessário para a realização do serviço no aterro, exerce maior representatividade quanto á sua depreciação, possuindo altos custos anuais, sendo que a vida útil destas máquinas é baixa, tendo um desgaste grande no período, e um alto preço para a aquisição. O custo com Maquinário embora muito significativo, não é o gasto que mais onera o serviço da coleta do lixo urbano. O custo com maquinário corresponde a 27,90% do custo total.

Na Tabela 05 há a descrição do custo anual que a prefeitura teria com o aterro sanitário necessário para que o serviço da coleta do lixo urbano pudesse ser realizado pelo próprio município.

Tabela 05 - Descrição Do Custo Anual Com Aterro Sanitário.

Custo Para Manter o Aterro Sanitário	R\$ 53.520,00**
Outros Custos*	R\$ 18.000,00
Custo Total Com Aterro Sanitário	R\$ 18.000,00

*Custos com Licenciamento Ambiental, Análises Laboratoriais, Manutenção e Limpeza.

**Valor desconsiderado devido á não necessidade de pagamento pela Administração Pública.

Fonte: Pesquisa de campo

A empresa terceirizada cobra do município, atualmente, um valor de R\$ 120,00 por tonelada de lixo recolhido no aterro. Porém, como o objetivo desta pesquisa é verificar o custo que o município teria para manter o aterro, este valor



não seria necessário ser despendido pela Administração Pública, uma vez que a própria prefeitura iria executar o serviço da coleta de lixo urbano e encaminhar este lixo ao aterro.

O custo anual com o aterro representa 7,49% do custo total anual para a realização da coleta do lixo urbano no município, e embora, possa parecer ser o gasto mais oneroso para a execução do serviço, não é o custo que possui maior significância no total dos gastos, pois a forma de tratamento é por processo natural de decomposição dos materiais depositados no aterro de acordo com o sistema de valas impermeabilizadas com geomembrana nas lagoas de tratamento biológico dos resíduos⁶.

A Tabela 06 apresenta os custos anuais com funcionários.

Tabela 06 - Descrição Do Custo Anual Com Funcionários.

Quantidade de Funcionários	6
Salários	R\$ 70.200,00
INSS	R\$ 6.318,00
Contribuição Sindical	R\$ 3.510,00
FGTS	R\$ 5.616,00
Férias	R\$ 7.780,50
13º Salário	R\$ 5.850,00
Custo Total Com Funcionários	R\$ 99.274,50

Fonte: Pesquisa de campo

Para o serviço da coleta do lixo urbano, o município teria que fazer a contratação de 1 (um) motorista, 2 (dois) coletores de rua e 3 (três) operadores de máquinas, despendendo anualmente, em salários, aproximadamente R\$ 70.200,00 e mais os recolhimentos de INSS, FGTS, Contribuição sindical, 13ª salário e Férias remuneradas. Desta forma, é o custo que mais onera a Administração Pública na realização deste serviço, representando aproximadamente, 41,34% do custo total anual.

Outro dispêndio necessário é o investimento inicial que a Administração Pública teria que fazer para que ela mesma executasse o serviço. Sendo assim, a Tabela 07 trás os investimentos necessários para o início do serviço, bem como a

⁶Processo de tratamento adotado no aterro sanitário da empresa terceirizada.



fragmentação anual destes investimentos, distribuindo estes investimentos ao longo de suas vidas úteis.

Tabela 07 – Investimentos necessários para a execução do Serviço da Coleta de Lixo Urbano.

Investimentos	Valor	Vida Útil	Investimento Fracionado*
Caminhão	R\$ 160.000,00	5 Anos	R\$ 32.000,00
Escavadeira Hidráulica	R\$ 350.000,00	10 Anos	R\$ 35.000,00
Tratos De Esteira	R\$150.000,00	10 Anos	R\$ 15.000,00
Caçamba	R\$ 50.000,00	10 Anos	R\$ 5.000,00
Terreno	R\$ 30.000,00	10 Anos	R\$ 3.000,00
Total De Investimento Anual Fracionado			R\$ 90.000,00

Fonte: Pesquisa de campo

*Valor do investimento fracionado pelo período de vida útil do bem.

O quadro 01 explana os gastos totais, considerando os custos e os investimentos necessários para a execução desta atividade, que é dever do município fornecer para a população.

Quadro 01 – Gastos totais com o serviço de coleta de lixo urbano.

Custos		Investimentos			
Descrição	Valor	Descrição	Valor	Vida Útil	Investimento Fracionado
		Caminhão	R\$ 160.000,00	5 Anos	R\$ 32.000,00
Custo Total Com Caminhão	R\$ 55.832,00	Escavadeira Hidráulica	R\$ 350.000,00	10 Anos	R\$ 35.000,00
Custo Total Com Maquinário	R\$ 67.000,00	Trator de Esteira	R\$ 150.000,00	10 Anos	R\$ 15.000,00
Custo Total Com Aterro	R\$ 18.000,00	Caçamba	R\$ 50.000,00	10 Anos	R\$ 5.000,00
Custo Total Com Funcionários	R\$ 99.274,50	Terreno (Aterro)	R\$ 30.000,00	10 Anos	R\$ 3.000,00
<i>Custos Totais</i>	<i>R\$ 240.106,50</i>	<i>Total De Investimento Fracionado</i>			<i>R\$ 90.000,00</i>
Gastos Totais (Custo + Investimentos)			R\$ 330.106,50		

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando os gastos totais do serviço da coleta do lixo urbano, passa-se a fazer uma análise mais criteriosa, a fim de identificar se há vantagem ou não com a contratação da empresa terceirizada para a execução da coleta do lixo urbano no município, comparando os dispêndios que o município realizou com a contratação da empresa terceirizada, bem como com os gastos totais que seriam despendidos



pela Administração Pública se ela mesma viesse a executar o serviço da coleta de lixo urbano no município.

4.2 COMPARAÇÃO DOS GASTOS INCORRIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS GASTOS DESPENDIDOS JUNTO À EMPRESA TERCEIRIZADA

A verificação dos custos e dos investimentos que o município teria para realizar o serviço diretamente, e dos dispêndios que este fez junto à empresa terceirizada no período de 2006 a 2012, devem ser comparados para que se possa analisar a vantagem ou não da terceirização. Os custos e investimentos para a realização do serviço somam um total de R\$ 330.106,50. Já os valores repassados para a empresa terceirizada no período de 2006 a 2012 não ultrapassaram o valor de R\$ 236.806,76 no ano de 2011, sendo o maior valor pago anualmente pela prefeitura para a empresa contratada.

O maior valor pago pela Administração Pública do município para a empresa terceirizada (ano de 2011) representa aproximadamente 70% do valor anual que seria gasto para a execução direta do serviço pela prefeitura (apresentado na Tabela 02). Assim, os valores pagos pela prefeitura para a empresa terceirizada realizar o serviço da coleta do lixo urbano torna-se vantajoso perante aos custos e investimentos que o município teria que realizar para executar este serviço.

Há outra consideração a ser feita sobre o porquê da realização do serviço da coleta do lixo urbano pela empresa terceirizada visto que há a desvantagem quanto aos custos e investimentos necessários para que seja realizado este serviço no município. A resposta vem da dissipação destes custos e investimentos que a empresa divide entre os vários outros municípios em que ela realiza o mesmo serviço. Sendo assim, o seu uso pode ser maximizado durante seu período de vida útil, expandindo desta forma, o custo e o investimento realizado.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO PARA MUNICÍPIO

Abstendo-se agora de analisar somente os custos e investimentos que a prefeitura teria que fazer para a realização direta do serviço da coleta de lixo urbano,



em comparação aos pagamentos feitos pela prefeitura para a empresa terceirizada no período de 2006 a 2012, e passando a analisar, por meio de observação, o impacto gerado pela instalação da empresa no município, apresentam-se na Quadro 02 as vantagens e desvantagens da terceirização da coleta do lixo urbano juntamente com a instalação da empresa no município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.

Quadro 02 – Vantagens e desvantagens da terceirização da coleta do lixo urbano no município de Nova Esperança do Sudoeste e da instalação da empresa terceirizada no município.

Vantagens	Desvantagens
O valor pago pela prefeitura para a empresa contratada é significativo, porém, se comparados aos custos que a prefeitura incorreria e aos investimentos que teria que fazer para realizar diretamente o serviço, o valor pago para a empresa contratada é compensatório para a Administração Pública.	O passivo ambiental do município está sendo afetado de forma significativo devido á utilização de um espaço considerável dentro da área do município, ocasionando perdas ambientais pela utilização do solo como depósito dos resíduos sólidos e do lixo.
Devido á empresa estar instalada no município e a grande representatividade e necessidade de funcionários, é significativo o número de empregos que a empresa gera no município, sendo consideravelmente maior se comparado ao que seria gerado pela Administração Pública caso o município fosse executar diretamente o serviço.	Os terrenos próximos ao aterro passam a perder valor devido ao impacto gerado pela sua localização, pelo mau cheiro e proliferação de insetos, apesar do cuidado e do processo de tratamento ser em circuito fechado.
O serviço prestado pela empresa terceirizada possui prazo para a realização e qualidade na execução.	O município estabelece, perante aos demais municípios que terceirizam o serviço com a mesma empresa, uma aparência de “lixão” regional, pois recebe boa parte do lixo da região.
A frota de caminhões específicos para a coleta do lixo é maior na empresa terceirizada, desta forma o serviço não é interrompido caso haja a necessidade de reposição de caminhão, ao contrário do que ocorreria caso a prefeitura executasse diretamente o serviço, pois teria apenas um caminhão para realizar a coleta.	Devido á compra das áreas de localização do aterro, famílias foram deslocadas para a cidade, causando um aumento populacional urbano.

Fonte: Elaborado pelos autores

5 CONCLUSÃO

A prática adotada pelo município de Nova Esperança do Sudoeste – PR perante a terceirização do serviço de coleta de lixo urbano do município é também adotada por outros municípios, do mesmo porte ou de porte distinto ao do município analisado nesta pesquisa. Diante disso, cabe observar que, quanto aos gastos incorridos pela Administração Pública do município em questão, estes não podem



ser generalizados, uma vez que a realidade dos outros municípios não é igual ao de Nova Esperança do Sudoeste.

Os significativos valores apresentados neste trabalho direcionam as possíveis conclusões perante a administração pública da não realização direta do serviço da coleta de lixo urbano no município, visto que, os custos juntamente com os investimentos, comparado aos valores repassados para a empresa terceirizada, inviabilizam a execução do serviço diretamente por parte da prefeitura.

Economicamente, é vantajosa a terceirização da coleta de lixo urbano para o município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, uma vez que, os valores pagos para a empresa terceirizada são consideráveis e significativamente menores, comparados aos custos e investimentos que a prefeitura incorreria se viesse a executar diretamente o serviço.

Todavia, a parceria público-privada torna-se passível de discussão para a sociedade como um todo, cabendo a esta avaliar e comparar as vantagens e desvantagens ocasionadas pela terceirização das atividades públicas. O exemplo deste estudo fundamentado no município de Nova Esperança do Sudoeste – PR com a terceirização da coleta do lixo urbano é só o primeiro ensejo para outras análises mais aprofundadas das parcerias público-privadas, que poderão trazer resultados proveitosos para a sociedade em geral.

O município deve adaptar-se a realidade de seus indivíduos, e desta forma é sempre necessário um planejamento municipal adequado e objetivo. Um serviço público bem planejado torna as atividades mais aplicáveis e menos onerosas aos cofres públicos, melhorando os serviços prestados e alocando de forma mais eficiente os recursos disponíveis.

A pauta principal deve sempre ser a prestação eficiente dos serviços demandados pela população municipal, e assim, com um planejamento apropriado, fazer com que cada município forneça serviços de boa qualidade, podendo ser executado diretamente pela prefeitura, ou através de contratação de terceiros. O importante é a satisfação do interesse público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais No Brasil:** a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010. 427 f. Trabalho de



Conclusão de Curso (Especialização em Historia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BENJÓ, Isaac. **Fundamentos de Economia da Regulação**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

BRASIL ESCOLA. **Classificação do Lixo**. Disponível em < <http://www.brasilecola.com/geografia/classificacao-lixo.htm> > Acesso em: 11-06-13

DIEESE. **O Processo De Terceirização E Seus Efeitos Sobre Os Trabalhadores No Brasil**. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf >. Acesso em: 02 de Janeiro de 2013

IBAMA. **Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em < <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/> > Acesso em 17-08-2013.

LEI 6.938/81. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm > Acesso em: 30-07-2013.

LOPES, Luciana. **Gestão e gerenciamento integrados dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para pequenos municípios**. 2006. 110 f. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MACHADO, Ana Cláudia Adriano. **A Terceirização Na Administração Pública: Vantagens E Desvantagens**. Rio De Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

MEIRELLES, Veralice Celidonio Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: PC Editorial Ltda, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, Marina Figueira De. **Privatização Do Setor De Saneamento No Brasil: quatro experiências e muitas lições**. 2005. Revista de Economia Aplicada, Jul/Set, 2005. Pág. 495-517.

PEREIRA, Carlos Eduardo de Queiroz. . **Parcerias Público-Privadas: novo modelo brasileiro de concessão de serviços públicos e novos desafios para o controle**. 2006. 22 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Direito Público e Controle Externo) - Universidade De Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2006.



PORTAL BRASIL. **Resíduos Sólidos.** Disponível em
<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/10/residuos-solidos>> Acesso em: 29-07-2013.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/86. Disponível em
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em: 17-08-2013.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/97. Disponível em
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 17-08-2013.

SEKIDO, Amelia Midori Yamane. **Terceirização Na Administração Pública:** a gestão e a fiscalização dos contratos. 2010. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Auditoria Governamental) – Universidade Gama Filho, Brasília, 2010.

SILVA, Patrícia Pinheiro. **Terceirização Nos Serviços Públicos.** Revista do Tribunal superior do Trabalho, Vol. 77, Nº 1, Jan/Mar, 2011. Pág. 95-130.

SIMOES, Daniel. **Custo, despesa, gasto e investimento.** Disponível em
< <http://www.academiaeconomica.com/2008/05/custo-despesa-gasto-e-investimento.html> > Acesso em: 05-10-2013.

